



BOAS PRÁTICAS NA PRÁTICA

Saúde Animal

COMO IMPLEMENTAR AS BOAS PRÁTICAS AGROPECUÁRIAS JUNTO AOS FORNECEDORES DE LEITE, CONFORME ESTABELECE A I.N. 77/2018

A questão remete a pensar quais atividades devemos fazer para contemplar cada um desses itens descritos no Art. 9º e quantas atividades por item, devemos executar para caracterizar que estamos com as boas práticas agropecuárias implementadas nas propriedades conforme preconizado na Normativa. Ou seja, como pôr em pratica as boas práticas?

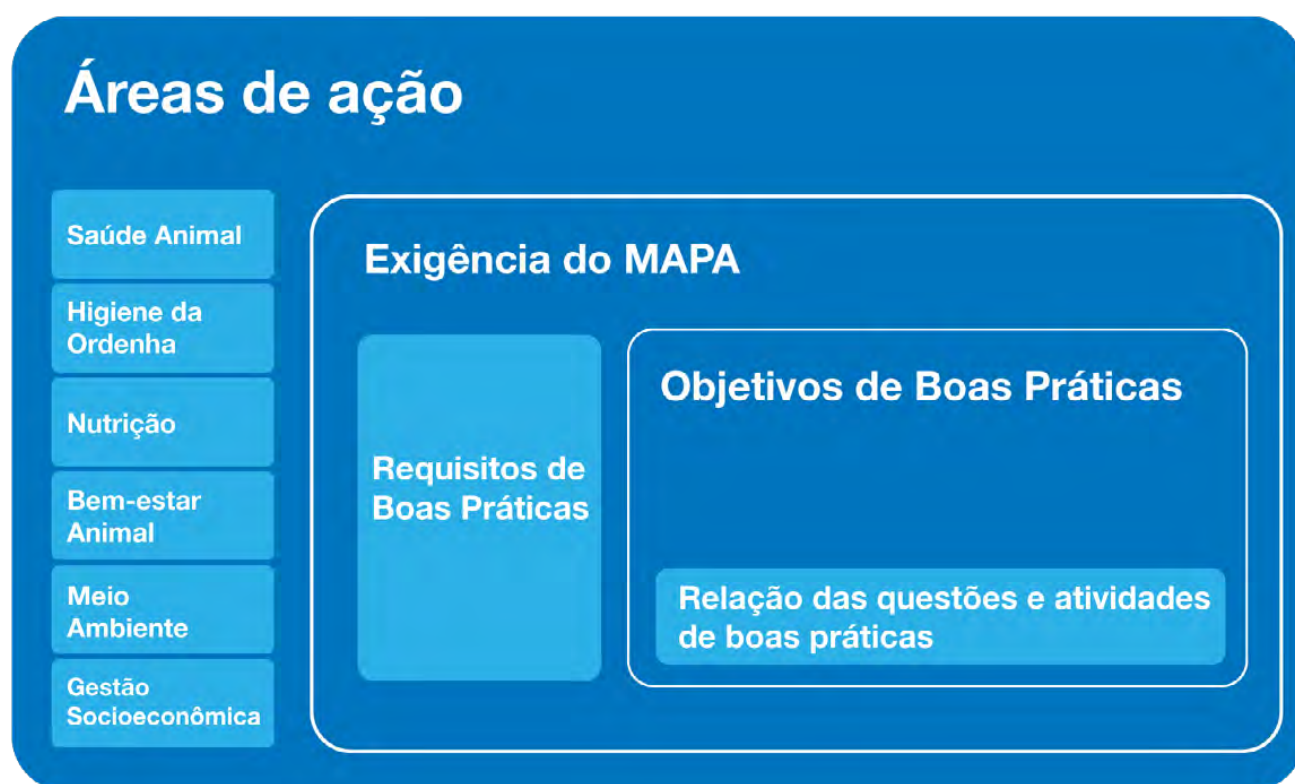
Com base nessas questões, e inspirados no Guia de Boas Práticas na Pecuária de Leite publicado pela FAO/IDF, a equipe técnica do Checkmilk buscou identificar atividades e ações práticas que contemplassem o alcance dos Objetivos Orientadores de Boas Práticas, citados na publicação e relacionou os mesmos com os itens apresentados pelo MAPA na I.N. 77.

Identificamos e quantificamos as atividades necessárias para atingir cada objetivo de boas práticas e relacionamos em





questões para serem analisadas e depois transformadas em ações práticas que poderão ser implementadas nas propriedades fornecedoras de leite, para facilitar o entendimento, primeiramente a colocamos os temas do MAPA dentro de 6 áreas de atuação e depois relacionamos os objetivos e as questões práticas, como poderão observar no diagrama:



Na sequência, apresentamos as práticas sugeridas pelo Checkmilk para serem implementadas nas propriedades fornecedoras de leite e assim atender os requisitos mínimos exigidos.





ÁREA DE AÇÃO	CRITÉRIOS DO MAPA	OBJETIVOS
1. SAÚDE ANIMAL	I – Manejo sanitário	1.1 Utilizar procedimentos para melhorar resistência do rebanho 1.2 Adotar medidas de defesa sanitária da propriedade 1.3 Estabelecer plano de manejo sanitário do rebanho 1.4 Fazer o uso seguro de medicamentos veterinários e produtos químicos
	VII – Controle integrado de pragas;	
	XII- Uso racional e estocagem de produtos químicos, agentes tóxicos e medicamentos veterinários;	

Questões e ações práticas relacionadas

1. Segue o calendário de imunização preventiva e obrigatória do rebanho, atendendo os programas oficiais de vacinação?
2. Mantém registros da comunicação da vacinação ao órgão de defesa sanitária?
3. Utiliza tecnologias de acasalamento (IA/IATF/FIV) e cruzamentos para obtenção de animais com resistência melhorada as condições ambientais?
4. As raças utilizadas são compatíveis com o sistema de produção utilizado e as condições climáticas da região?
5. Todos os animais adquiridos são acompanhados de atestados sanitários?
6. A movimentação de animais entre estabelecimentos é amparada pela Guia de Trânsito Animal (GTA) e é comunicada aos órgãos de defesa sanitária no prazo estabelecido?
7. Realiza tratamento antiparasitário ao introduzir no rebanho os animais adquiridos?
8. Combina com vizinhos a participação conjunta das campanhas de vacinação e exames sanitários no gado?
9. Controla e limita o acesso de visitantes na propriedade?
10. Adota procedimentos de controle e monitoramento regular de pragas, insetos e roedores?
11. As pessoas da fazenda sabem identificar um animal intoxicado e conhecem os tratamentos emergenciais?
12. São mantidos registros sanitários individuais dos animais identificados, em fichas, livros ou computadores?
13. Dispõe de calendário sanitário contemplando os períodos e ações de manejo?
14. Inspecciona regularmente os animais para detectar sinais de doenças?
15. A propriedade tem acesso e acompanhamento veterinário regular?
16. Mantém registro dos motivos e volume do leite descartado?
17. Identifica adequadamente os animais em tratamento?
18. A propriedade aderiu e está cumprindo com as exigências do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose animal (PNCEBT)?
19. Realiza exames periódicos (uma vez por ano) para brucelose e tuberculose no rebanho?
20. Os animais mortos são prontamente retirados, incinerados ou devidamente enterrados, em locais específicos e demarcados?
21. A propriedade mantém área específica para isolamento e quarentena dos animais doentes ou em observação?





Esses são quesitos mínimos para atender as exigências dos requisitos do MAPA, bem como o alcance dos objetivos propostos pela FAO, entretanto servem de referência para orientar a qualificação das propriedades na condição de Boas Práticas Agropecuárias implementadas, para os critérios pautados na tabela.

